

Museu de arte e acesso à cultura: a quem é garantido o direito de efabular?

Rosa Iavelberg¹

Andrea Alexandra do Amaral Silva e Biella²

Resumo: o presente artigo discute a acessibilidade em museus de arte, tendo como diretriz o exercício da efabulação que pode ser aspecto motivador para a mudança de realidade e das práticas cotidianas em grandes centros urbanos. As experiências do Programa Viva Arte!, desenvolvido no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, aplicadas a público diversos, entre eles, adultos em situação de vulnerabilidade social, pacientes da saúde mental, pessoas com deficiência e profissionais de saúde, assistência social e educação social, são apresentadas como possível caminho para o acesso desse público em museus e instituições culturais.

Palavras-Chave: educação em museu; educação e artes visuais; acesso cultural; interface arte e saúde.

Abstract: This article discusses accessibility in art museums, having as its guideline the exercise of effabulation that can be a motivating aspect for the change of reality and daily practices in large urban centers. The experiences of the Viva Arte! Program, developed at the Museum of Contemporary Art at the University of São Paulo, applied to diverse audiences, including socially vulnerable adults, mental health patients, people with disabilities and health professionals, social care and social education, are presented as a possible way to access this public in museums and cultural institutions.

Keywords: museum education – education and visual arts – cultural access – art and health interface.

Quando nos propomos a falar sobre o acesso à cultura em um museu de arte, apenas delimitamos um *locus* para nosso lugar de fala. Referimo-nos a essa instituição recente na história e, mais ainda, na de nosso país. O museu pode ser representado como um espaço de salvaguarda para objetos da cultura, em sua grande maioria, das culturas materiais. Nele, ocorre acolhimento, cuidado e comunicação com os visitantes, propiciando que os objetos e suas histórias sejam preservados para permanecerem vivos na memória da sociedade.

¹ Livre-docente na Faculdade de Educação (FE USP). Trabalha com a formação de professores na Educação Escolar. Autora dos livros: **Para gostar de aprender arte** (Artmed, 2003); **O desenho cultivado da criança** (Zouk, 2006); **Desenho na educação infantil** (Melhoramentos, 2013) e **Arte/educação modernista e pós-modernista** (Penso, 2017). Líder do Grupo de Pesquisa Arte na Educação, na formação de professores e no currículo escolar (CNPq).

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/389411>

² Doutora e mestra em Educação (FE USP), especialista em Arte, Educação e Cultura (ECA USP) e Monitoria em Artes (MAC USP). Graduada em Artes Plásticas e em Educação Artística pela UNICAMP. Educadora no MAC USP, desde 2006. Coordena programas educativos para diferentes perfis de público (famílias, adultos em situação de vulnerabilidade social, pacientes da saúde mental, pessoas com deficiência e profissionais de saúde, assistência social e educação social). Membro do Grupo de Pesquisa Arte na Educação, na formação de professores e no currículo escolar (CNPq). <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/389411>

Lugar de preservação da memória, os museus objetivam conservar, pesquisar e comunicar seu acervo, assim como as peças emprestadas de outros colecionadores e instituições. Nessa cadeia de ações, existe a preocupação sobre o processo comunicacional do museu com seus visitantes: eles se sentem convidados a entrar? São bem recebidos? O que os faz sentir vontade de voltar? Como essa vivência reverbera em futuras memórias? De acordo com a pesquisa sobre público, realizada pelos educadores norte-americanos Falk e Dierking (2011), numa exposição, os visitantes, após muitos anos, lembram-se mais do acolhimento e do trajeto do que dos conteúdos específicos abordados durante a visita.

A qualidade da experiência de contato humano no percurso (desde a chegada, passando pela recepção, vigilância, antes mesmo do contato com os educadores, no caso de a visita ser acompanhada por esses, assim como a interação com outras pessoas) é o que fica marcado na memória dos visitantes, em especial àqueles que o frequentaram poucas vezes. Uma memória positiva da ida ao museu pode fazer com que alguns públicos retornem, enquanto uma recepção austera pode afastá-los de vez, isso porque eles sentem que não são desejados nesse tipo de espaço cultural.

Desse modo, uma abordagem imperativa ou constrangedora, como por exemplo, um aviso em voz alta sobre a necessidade de se guardar um volume, ou ainda sobre não tocar uma obra, pode constranger e intimidar o visitante. Daí a importância de perguntar: a sinalização é eficaz? A orientação interpessoal é respeitosa? A comunicação institucional precisa ser diversificada e precisa ser acessível e legível em todos os níveis de interação³. Cabem, nesse ponto, indagações à política institucional: que públicos o museu estima receber e como se prepara para isso?

(...) a formação do hábito de frequência de museus de arte é determinada pelo significado que os sujeitos atribuem a essa experiência; afinal, se memória é aquilo que selecionamos dos acontecimentos, então, mesmo que por muitos anos uma pessoa fique sem voltar a realizar uma atividade em sua vida, ela pode vir a retomá-la. O psicólogo húngaro Mihaly Csikszentmihalyi (1999, p. 25) aponta que “(...) embora o que fazemos todo dia tenha muito a ver com o tipo de vida que levamos, o modo como experimentamos o que fazemos é ainda mais importante”. (BIELLA, 2012, p.21).

Como extensão da vida urbana, para que ocorra inclusão cultural nos museus, estima-se que nele haja convívio com a diversidade social em sentido amplo. As equipes dos museus precisam responder, entre outras, às questões: museus são para quê? Quem se quer receber? Como atrair, convidar e promover o hábito de frequência? Qual o sentido que se atribui ao estar no museu? Como as áreas de convivência e a programação promovem a permanência dos públicos? O projeto expográfico convida à fruição? As exposições são acessíveis a vários níveis de conhecimento sobre o que e como apresenta? Na direção de possíveis respostas, evoquemos o filósofo Henri Wallon, que nos diz que razão e emoção não se dissociam e, quando há empatia, na construção do conhecimento, motivações pessoais são mobilizadas em prol da curiosidade e da aprendizagem⁴.

³ Segundo SASSAKI (1997), um dos tipos de acessibilidade é a atitudinal.

⁴ O AFETO QUE EDUCA NA APRENDIZAGEM (2017).

Museu de arte e acesso cultural

Uma das funções da arte é nos lembrar de que, mesmo em meio às atribulações da vida contemporânea, nos é inerente o direito de efabular, visto aqui como a capacidade de imaginar e elaborar situações. Esse exercício pode gerar desejos de mudança da realidade e de construir novas possibilidades de vida. Com essa faculdade é possível que se passe da ideia, do sonho e da imaginação às novas formas de elaborar e perceber o cotidiano.

O crítico literário Antônio Cândido (1918-2017) aponta a necessidade de efabulação e o complexo acesso à diversidade cultural em nossa sociedade.

Eu acho que o problema do direito à literatura tem um ponto de partida, do meu ponto de vista. É que a literatura é uma necessidade universal experimentada em todas as sociedades, desde as que chamamos primitivas, até as mais avançadas, o homem tem necessidade efabular, a efabulação, porque é uma espécie de complemento da vida e essa efabulação, como dizia Goethe, o homem entra na literatura; quando sai dela ele sai mais rico e compreendendo melhor o mundo, entende melhor. Frequentemente a pessoa não tem noção disso, porque se passa nas camadas inconscientes, mas ele lendo, lendo poesia, lendo história de fada quando menino, lendo romance quando é grande, aquilo vai se armazenando nele e vai enriquecendo a maneira dele ver. Sem querer, quando ele vê a realidade, ele está vendo as coisas que ele vê na ficção, de maneira que a questão ficcional nos integra, ela passa a ser um componente da nossa visão do mundo, da nossa maneira de ser. Se ela existe em todas as sociedades, se ela é uma necessidade fundamental, ela é um direito de todo homem. Agora, o problema do ponto de vista social, é que com a sociedade iníqua que nós temos; tudo é muito mal distribuído. Então, forma-se – é claro – os diferentes tipos de literatura. Certos tipos de literatura não são acessíveis ao homem muito rústico, mas ele tem a literatura dele, que nós chamamos com o nome de folclore. Temos a literatura dele. Uma sociedade que a gente imagina – uma sociedade bem organizada – tem todos os produtos da literatura em todos os níveis, e estariam acessíveis a todos os grupos e classes sociais. [...] Então eu acho uma das coisas mais importantes da sociedade, uma sociedade que nós imaginamos uma sociedade ideal, seria assegurar não só os meios materiais de vida, mas assegurar a possibilidade de ter acesso a todos os níveis de literatura. E é... é uma brutalidade social fazer que uma pessoa cresça e viva sem ter capacidade de ler Machado de Assis ou ler Dostoiévski. É uma privação, é uma mutilação à que a sociedade... de modo que, para mim, o direito à literatura deságua na justiça social; o direito à literatura deságua na literatura acessível a todos. (CÂNDIDO, 2014).

Diante de nosso lugar de fala, acreditamos que compete às instituições culturais a realização de ações diversificadas para os diferentes perfis de público – em idade, experiência, conhecimento sobre arte e sobre museus, interesses e objetivos – no intuito de que favoreçam condições de efabulação. É interessante que as pessoas saibam como um museu é constituído, quais são as características comunicacionais de

uma exposição, além do sentido que podem atribuir à experiência estética em artes visuais e da possibilidade de relacioná-la às visualidades da vida cotidiana.

[...] O interesse em estudar ou apreciar arte surge também pelo relacionamento com a linguagem artística. Sem acesso a equipamentos culturais a população pode não desenvolver hábitos, valores, atitudes na relação com a cultura, nem é capaz de construir o olhar crítico sobre produções artísticas visuais e outras, como *outdoors*, cinema, propagandas, revistas em quadrinhos, grafite, televisão etc. Identificar e discutir arte fora da sala de aula são fundamentais para a compreensão de que a arte pode estar relacionada com a vida. (ARSLAN e IAVELBERG, 2006, p.41).

Uma instituição inclusiva é resultado de diretrizes que zelam pela acessibilidade em seus diferentes aspectos.

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação as próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (SASSAKI, 2009, p.10).

Em relação aos museus, consideramos que a inclusão ocorre quando esses são acessíveis à diversidade de públicos (dos especialistas aos iniciantes). Para o ato de “incluir”, as variadas dimensões da acessibilidade devem estar contempladas.

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Portanto, acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. (SASSAKI, 2009, p.10-11).

A concepção de acessibilidade universal sofre críticas por seu caráter utópico, porém a busca incessante em atingi-la delineia uma trilha rumo à inclusão nas instituições. Para tanto, são necessárias a consciência e a oferta de diversos modos de acesso: há de se disponibilizar recursos de modo equânime, mas não igual, dado que as pessoas são diferentes e precisam de modos de acesso diversificados.

Ações para os diferentes perfis de público: interface arte e saúde

Um museu recebe uma diversidade de visitantes que tem objetivos distintos: lazer, turismo, pesquisa, ampliação de conhecimento, imersão em um tempo diferente do dado ao ritmo do cotidiano, entre outros. Em entrevista, o museólogo Marcelo Araújo afirmou,

Os museus existem para a população como um todo.

Essa é uma visão fundamental que os museus devem ter hoje em dia. O museu tem que ser voltado a toda a sociedade. No entanto, estamos falando de segmentos que são absolutamente diferenciados em termos de formação e de necessidades, o que nos leva, entrando em questões mais técnicas, à busca de ações específicas para esses diferentes públicos, seja do ponto de vista das necessidades, da faixa etária, da formação e da compreensão. Mas se o museu não tiver essa visão e não se preparar para isso, ele corre um altíssimo risco de se isolar e perder a sua função social. (ARAÚJO in GROSSMANN e MARIOTTI, 2011, p. 139).

No Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP), um dos programas educativos é o *Viva Arte! Bem-estar Social e Saúde no Museu*. Em 2016, em visitas ao museu, o programa recebeu o grupo de profissionais e pacientes da rede de saúde mental municipal, coordenado por profissionais do Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) Ibirapuera, chamado de Projeto Deslocamentos. O grupo era fixo e foi constituído por pessoas de várias instituições da região (CECCOs e CAPSs⁵) que visitaram semanalmente, de abril a novembro, um dos três museus do território que integraram projeto: o MAC USP, o Museu Lasar Segall e o Museu Afro Brasil.

Ao educativo dos três museus foi dado o desafio da abordagem de um mesmo tema durante um ano, de acordo com as especificidades de seus acervos e modo de interpretação da proposta. No ano em que o projeto foi iniciado, o nome do projeto foi o tema das ações educativas: deslocamentos. Olga Rezende, assistente social à época e integrante da equipe do CECCO Ibirapuera, idealizadora do projeto, nos explica o projeto:

O Projeto Deslocamentos considera impossível imaginar uma cidadania real sem o componente territorial, e tem como eixo a mediação de sujeitos em espaços urbanos, sua devida apropriação do território e o acesso aos bens materiais e imateriais de sua sociedade. Considera que a cidade é um espaço privilegiado para a ação interdisciplinar, pois é em seu território que se dá a dinâmica social. Paralelamente, aborda a intersetorialidade entre Cultura e Saúde como uma estratégia de planejamento e execução de políticas públicas integradas com vistas a garantir a seus cidadãos um efetivo acesso aos seus direitos sociais. Considerando que as instituições apresentadas estão situadas no mesmo território e com responsabilidade social diante de um público especial e vulnerável em saúde mental, estabeleceu-se como estratégia o planejamento de uma ação integrada, entre elas, em formato de rede. Enquanto meio de intervenção, a rede constitui um forte indicador de

⁵ Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) são instituições municipais de atenção à saúde mental.

saúde e de inclusão – como potencial campo de mediação e promoção de saúde e sua intrínseca relação com a qualidade de vida e a equiparação de oportunidades de acesso aos bens materiais e culturais, a autonomia de sujeitos e grupos e a integralidade das ações, entre outros. (REZENDE *in* MARTINS, 2017, p. 84-85).

No MAC USP, a abordagem da proposta temática enfatizou a discussão sobre o deslocamento de materiais e de objetos do cotidiano para uso em produções artísticas contemporâneas. Numa das visitas, a mediação foi realizada a partir de duas obras que representavam uma caçamba. Uma era de Camille Kachani, artista libanês residente em São Paulo, intitulada *Invisível VII*, datada de 2008. Era um objeto de parede, uma espécie de pintura de uma caçamba com cores fortes, porém, ao invés de tinta, foi usado tecido pelúcia colorido e o formato do trabalho era o do próprio objeto como se desenhado e recortado de modo bidimensional e não um retângulo, como se fosse uma representação sobre uma tela de formato comum. A outra obra era uma caçamba comum, com aspecto de usada, com as arestas contornadas por um filete de luz neon amarelo, do artista inglês David Batchelor, chamada de *Caçamba*, datada de 2012. A primeira obra consiste de uma representação e a segunda da apropriação do próprio objeto; ambas motivaram conversas sobre o sentido de estarem em um museu e sobre esse objeto ordinário ser passível de tema para uma obra de arte.

Uma das instituições, integrante do Projeto Deslocamentos, era o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Jabaquara e nesse sentido,

O tema da invisibilidade avançou para as problematizações do cotidiano. José e Clemente realizam tratamento ambulatorial em um Centro de Atenção Psicossocial, mas que também acabou virando uma garagem de carros inservíveis da prefeitura. Diante de uma assembleia para tratar do tema – uma vez que há um desprezo total das autoridades públicas em relação à remoção deste ferro velho presente, José sugeriu uma intervenção em moldes artísticos e contemporâneos. A assembleia acolheu a proposta e, atualmente, com a colaboração de uma bióloga paisagista, as plantas estão sendo transplantadas para as carcaças (...). (REZENDE *in* MARTINS, 2017, p. 84-85).

Com a condução da fonoaudióloga Lilian Simofusa da equipe do CAPS AD⁶ Jabaquara, o projeto de intervenção idealizado pelos pacientes em assembleia contou com a parceria da bióloga Assucena Tupiassu, do CECCO Ibirapuera. Juntos, pacientes e equipe técnica das duas instituições, criaram o projeto SUCAPS⁷ (sucata no CAPS), que resultou na intervenção paisagística Bio-intervenção em Carcaça, com plantio de espécies selecionadas (por suas características morfológicas e significados metafóricos), nos veículos ditos inservíveis (Figs. 1, 2 e 3), bem como a construção de uma praça com assentos dos carros e uma maca de ambulância. Como declarou um dos pacientes, eles pararam de reclamar (e solicitar oficialmente) a remoção dos veículos por 10 anos e resolveram agir.

⁶ AD refere-se a umas das tipologias de CAPS e significa álcool e drogas.

⁷ Para maiores informações, incluindo depoimentos de pacientes e equipe técnica, indicamos audiovisuais que podem ser localizados por buscas na *internet* pelo nome do projeto no *Youtube*.



Figura 1. Na imagem acima, avistamos veículos abandonados no pátio do CAPS AD Jabaquara após a intervenção do Projeto SUCAPS. Fonte: Andrea Amaral Biella, 2018.



Figuras 2 e 3. Veículos com intervenção do Projeto SUCAPS. Nota-se que a vegetação se adaptou bem ao local e encontrava-se bem fortalecida após dois anos do plantio. Fonte: Andrea Amaral Biella, 2018.

A qualidade das discussões durante uma das visitas ao museu de arte fez com que as pessoas percebessem o processo criativo que resultou nas obras mediadas. Essa introjeção mobilizou quem foi à visita para a ação. Os pacientes que não estiveram no museu puderam participar e compreender o potencial que a arte desperta nas pessoas ao realizarem juntos a intervenção que propuseram, criaram e concretizaram. Foram despertados à realização de uma nova solução para o problema de seu cotidiano, vivida durante a permanência no local para seu tratamento de saúde. Dizemos “despertados” porque a capacidade de reflexão e a força de ação já estavam em suas vidas. Bastou uma vivência para que fosse valorizada e motivada a noção que têm de agir para a construção de uma nova realidade. Pela experiência e debate coletivo, perceberam e responderam criticamente os fatos cotidianos.

A pergunta central “por que ir aos museus?” encontrou resposta: para entrar em contato com outros modos de pensar e de agir, assim como conhecer outros tempos e outros povos. E para se modificar no contato com o outro, mantendo a consciência de sua essência. Outras questões surgiram: para que salvaguardar o patrimônio? Qual o seu sentido? Ou ainda: uma peça que não é vista, existe? E as conhecidas, porém incompreendidas? Quem se estima que tem o direito de acesso e de conhecimento sobre o que os museus guardam, pesquisam e divulgam? O modo como divulgam é acessível? Por que? Como o conhecimento científico, acadêmico, pode ser transposto didaticamente à variedade de pessoas da comunidade?

Acesso aos museus e perspectiva decolonial

A ideia de efabulação para todos é democrática, decolonial e pode ser provocada, facultada e disseminada, pois não é inata, é construto social. Assim como a necessidade de comer, de se abrigar e de se relacionar, a imaginação e a fabulação fazem parte da socialização, portanto, trata-se de direito dos moradores da cidade e dever das instituições culturais. Contudo, a cultura que discrimina os que não dominam os saberes do *status quo*, é colonizadora, na medida em que enquadra e afasta aqueles que desequilibram seus padrões; as singularidades validadas são as da elite e o resto precisa ser excluído e banido.

(...) a produção de conhecimento de grupos silenciados e marginalizados (afro, indígena, camponeses empobrecidos, lésbicas e gays, entre outros) pode ser considerada como “uma epistemologia fronteiriça que, a partir da subalternidade epistêmica, reorganiza a hegemonia epistêmica da modernidade. Essa epistemologia fronteiriça pode ser pensada como descolonização, ou, como desconstrução da diferença colonial”. (MIGNOLO *apud* ACHINTE 2012, p.28).

Outra experiência do programa Viva Arte! do educativo do MAC USP que consideramos significativa ocorreu durante visita a um grupo de adultos em situação de rua. O programa foi contatado para receber pacientes, acompanhados pela equipe do Consultório na Rua⁸, sediado na UBS Jardim Aeroporto, na Zona Sul de São Paulo. Erika Vovchenco, assistente social e especialista em saúde mental, conheceu o trabalho do *Viva Arte!* quando era estagiária no CECCO Ibirapuera. O levar pacientes a programações culturais tornou-se o estreitamento do vínculo com os profissionais da saúde, que muitas vezes são vistos apenas como quem cobra da população de rua a ida às consultas, entre outros cuidados. Após reunião da educadora responsável pelo programa educativo e os representantes da equipe do Consultório, foi acordada uma série de visitas ao museu para observação da adesão e percepções desse trabalho conjunto. Para o início das visitas, foi relevante a apresentação da educadora às pessoas que podem, por vontade própria, aderir à proposta. Andrea Biella, coautora deste artigo, acompanhou um dia de trabalho da equipe do Consultório. Ela foi apresentada a vários pacientes, entre os literalmente residentes na rua e os que estavam temporariamente instalados em abrigos; eles haviam sido avisados da presença da educadora na próxima ida da equipe de saúde no território.

Para esse dia, e para surpresa dos educadores de saúde e da psicóloga que já os conhecia, uma senhora de pouco mais de 40 anos, residente com o companheiro sob

⁸ Consultório na Rua é uma ação do SUS em parceria com diversos municípios do país, nos quais profissionais da saúde e psicólogos acompanham pessoas em situação de rua para encaminhá-las a tratamento médico e odontológico público, além de zelarem pelos medicamentos, entregues em pequena quantidade regularmente e acompanhamento de enfermeiros que realizam curativos no local de estada das pessoas. O Consultório na Rua nasceu da Estratégia Saúde da Família – núcleo/ parceria entre o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e a Secretaria Municipal de Saúde (Programa de Saúde da Família). Em 2004, foi implantado com o objetivo de oferecer atendimento à saúde da população em situação de rua. Em iniciativa pioneira os agentes comunitários de saúde foram contratados por meio de processo seletivo feito com pessoas que tiveram a vivência de situação de rua/albergue. O documento que norteia esse trabalho se fundamenta nos princípios do SUS de integralidade, universalidade e equidade. Esse último norteia a estrutura desse trabalho que recupera em uma ação ampla as necessidades específicas dessa população. As equipes realizam diretamente o atendimento integral da saúde da população de seu território, bem como auxiliam o acesso da mesma nos serviços de especificidades em saúde da região, para um cuidado emergencial e pontual, ou um seguimento longitudinal. (Disponível em <<http://www.bompar.org.br/portfolios/consultorio-na-rua/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

um viaduto, aceitou receber a visita – a recusa faz parte dessa ação – e retirou de seu abrigo rudimentar diversas pinturas. Contou a todos que pintava muito à noite, com materiais que recebia ou recolhia: bitucas de cigarro chegavam a ser desfiadas e usadas como pincel. Um dos trabalhos chamou a atenção da educadora, o *Portal*, por ter sido detalhadamente comentado pela senhora; várias fotografias foram feitas, com a anuência dela, que se sentiu muito honrada pelo interesse dos visitantes.

Essa apresentação da educadora, antes da ida ao museu, foi fundamental. Ao chegar à exposição *Visões da Arte no Acervo MAC USP 1900-1950*, o grupo foi direcionado à obra de Picasso, com o intuito da de Chagall ser discutida na sequência. A educadora notou que *Portal* tinha aspectos oníricos, assim como a obra do artista, e levou uma impressão de fotografia tirada no dia da visita sob o viaduto, para o momento da mediação (Figs. 4 e 5). No entanto, assim que a senhora avistou a obra de Chagall, disse: “Nossa! Aquele ali tem tudo a ver comigo!” E, inusitadamente, havia levado o *Portal*, entre outras pinturas de sua autoria, para a visita – a impressão da fotografia foi desnecessária.



Figuras 4 e 5. Na imagem à esquerda, a senhora que reside sob um viaduto na Zona Sul de São Paulo, apresentou sua produção quando recebeu a visita da educadora Andrea Biella junto da equipe de profissionais da Saúde do projeto Consultório na Rua. Imagem: Andrea Amaral Biella, 2018. À direita, em visita ao MAC USP com a equipe do Consultório na Rua e pacientes da UBS Jardim Aeroporto, a senhora apresenta a todos uma das pinturas das quais mais havia comentado com a educadora, quando a visitou em seu local de moradia, relacionando-a à do artista Chagall, na exposição *Visões da Arte no Acervo do MAC USP 1900-1950*. Imagem: Antonio Tallys, 2018.

Convidada a apresentar ao grupo de pessoas desconhecidas, exceto os profissionais do museu, a autora do *Portal* justificou a semelhança e mediou seu trabalho de forma detalhada, numa narrativa muito sensível sobre a transposição de mundos, do buraco negro à luz, como esperava ela, deixando a condição de invisibilidade na qual se encontrava socialmente. Na próxima visita, ela foi a primeira a chegar sozinha, com medo de estar atrasada – não esperou pelo veículo da Secretaria de Saúde. Disse à educadora ao final do encontro que, independente do que acontecesse, já tinha valido esse contato. E não retornou mais às visitas seguintes. Note-se que, após a avaliação desses primeiros agendamentos, foram organizadas idas regulares ao museu durante aquele ano de 2018.

Retomando Antônio Cândido: uma sociedade deveria reconhecer a importância e garantir o acesso a todos os níveis de produções artístico-culturais. A quem pertence esse espaço museal no qual se pode ter contato com a produção

artística histórica? Qual a qualidade do acesso ao museu? As instituições querem esses públicos quando se dizem acessíveis e democraticamente abertas? A quais corpos é permitido o não anestesiamiento na sociedade liberal?

Em muitos museus e instituições culturais, consideramos uma utopia o total acesso e a autonomia dos visitantes, ou seja, a completa introjeção de seu direito de usufruto desses espaços é algo que está bastante longe da realidade. Ainda é necessário o monitoramento das visitas agendadas. Percebe-se, ainda, que a maioria deles não retorna ao museu, mas contamos que a qualidade da experiência possa motivá-los a reencontros futuros nesses espaços.

É inegável a importância da atuação dos profissionais de saúde no acesso de públicos, que não mais se encontram em idade ou fase escolar, às instituições culturais. A escola tem sido grande promotora da ciência dessas possibilidades à população. No entanto, após a conclusão dessa etapa, como chegar a esses lugares, principalmente em idade adulta? A maioria das populações em situação de alienação cultural, em função de causas sociais, sequer sabe o que podem encontrar ali.

Na interface saúde e cultura, equipes realizam a promoção da saúde em sua integralidade, a manutenção da qualidade de vida como um dos fatores saudáveis, não vendo ou categorizando as pessoas por doenças. Na saúde mental, esse posicionamento é decorrente da luta antimanicomial, que no Brasil tem como grande propulsor o legado da médica psiquiatra alagoana Nise da Silveira⁹. O compromisso dos profissionais e das instituições da saúde e da cultura é o mote para um trabalho eficaz. A atuação em rede é necessária, pois, mesmo com objetivos diferentes, há um aspecto em consonância que é o bem-estar da população.

Por fim, reiteramos que destinar ao setor educativo total responsabilidade sobre o êxito ou fracasso da experiência da visita ao museu por públicos não-habituais é ignorar a necessidade de ações que envolvem diversas equipes da instituição. O setor educativo tem sua atuação marcada pela acessibilidade comunicacional, porém, ele perde suas forças quando não trabalha em consenso com seus pares e representantes das demais áreas. Esse esforço conjunto torna-se uma política cultural inclusiva que promove, mantém e garante o efetivo acesso ao museu.

Referências

ACHINTE, A. A. Epistemes “Otras”: ¿Epistemes Disruptivas? in **KULA. Antropólogos del Atlántico Sur**. São Paulo: Ed. Abril, 2012, p. 22 – 34.

ARSLAN, L. M. e IAVELBERG, R. **Ensino de arte**. São Paulo: Thomson Learning, 2006 (Coleção Ideias em Ação).

⁹ Nise trabalhou por muitos anos no Rio de Janeiro e em 1946 inaugurou a Seção de Terapêutica Ocupacional no Centro Psiquiátrico Nacional Dom Pedro II, visando um tratamento psiquiátrico que substituísse os eletrochoques e a lobotomia por atividades artísticas não direcionadas, ou seja, organizando um local para produção no qual os pacientes pudessem se sentir motivados a produzir em seu próprio tempo.

BIELLA, A. A. A. S. **Educação e arte contemporânea em museu: ações educativas com artistas no MAC USP**. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019. (Tese de Doutorado em Educação).

BIELLA, A. A. A. S. **Famílias no museu de arte: lazer e conhecimento**. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012. (Dissertação de Mestrado em Educação).

CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **A descoberta do fluxo: a psicologia do envolvimento com a vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FALK, J. H.; DIERKING, L. D. **Learning from Museums: visitor experiences and the making of meaning**. Lanham, DC: AltaMira Press, 2000.

FALK, J. H.; DIERKING, L. D. **The Museum experience**. Walnut Creek, CA, USA: Left Coast Press, 2011.

GROSSMANN, M. e MARIOTTI, G. (Orgs.). **Museum art today: Museu arte hoje**. São Paulo: Hedra, 2011.

MENESES, U.T.B. Para que serve um museu? **Revista de História**. 18 set 2009. p. 01 a 05. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/ulpiano-toledo-bezerra-de-meneses>>. Acesso em 17 ago. 2014.

MIGNOLO, W. **Diferencia colonial y razón posoccidental, en: La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina**. Santiago/Santafé de Bogotá: Castro-Gómez/Pensar, 2000, p. 03-28.

NISE da Silveira. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3754/nise-da-silveira>>. Acesso em: 19 set. 2019.

O AFETO QUE EDUCA: AFETIVIDADE NA APRENDIZAGEM. 2017. Disponível em: <<http://ufjf.br/pedagogia/files/2017/12/O-AFETO-QUE-EDUCA.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2019.

REZENDE, O. S. Inclusão: uma responsabilidade compartilhada. In: **Mediação Cultural: olhares interdisciplinares**. MARTINS, M. C. (Org.). São Paulo: Uva Limão, 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

Recebido para publicação em 26-09-19; aceito em 10-10-19